



Alexandre Pereira da Costa
Aleksandre Saraiva Dantas

Mossoró/RN
2022

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN
Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnologia
PROFEPT - Polo Mossoró

Curso de Extensão: Marcos Legais da EPT e suas bases conceituais

Alexandre Pereira da Costa
Aleksandre Saraiva Dantas



Este obra está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

MOSSORÓ
2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Biblioteca IFRN – Campus Mossoró

C837	<p>Costa, Alexandre Pereira da. Curso de Extensão : Marcos Legais da EPT e suas bases conceituais / Alexandre Pereira da Costa, Aleksandre Saraiva Dantas. – Mossoró, RN, 42 p. : il. color.</p> <p>Produto Educacional integrante da Dissertação: Marcos legais da EPT e suas bases conceituais : curso de extensão docente no Centro Estadual de Educação Profissional Professor Francisco de Assis Pedrosa - CEEP/PFA. (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, 2022.</p> <p>1. Curso de extensão. 2 Educação Profissional e Tecnológica. 3. Produto educacional. I. Dantas, Aleksandre Saraiva. II. Título.</p>
------	--

CDU: 377(0.078)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA

Viviane Monteiro da Silva CRB15/758

Resumo

Esse Curso de Extensão volta-se para uma abordagem em torno dos Marcos Legais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e de suas Bases Conceituais para a formação integral do sujeito, objetivando proporcionar dentre os docentes que atuam na Educação Profissional, ou mesmo os educadores que atuam nas outras modalidades de ensino existentes, além de demais interessados em conhecer os conceitos basilares que permeiam a EPT. O curso está organizado em dois encontros, sendo um encontro destinado ao debate em torno dos Marcos Legais da EPT, e o segundo encontro tratando das Bases da Educação Profissional. Nesses dois momentos de formação realizados com os participantes o ponto primordial foi a socialização dos temas discutidos, valendo-se das metodologias ativas abordadas por Bacich; Moran (2018). Embasando a pesquisa tem-se: Ramos (2010; 2014), Saviani (1996; 2003; 2008; 2012), Candau (1995), Guimarães (2020), Machado (2011) dentre outros. O intuito é trabalhar os Marcos Legais da EPT e suas Bases Conceituais, identificando as percepções dos docentes quanto a estes preceitos que permeiam a Educação Profissional, a materialização do Produto Educacional do ProfEPT neste Curso de Extensão ocorreu principalmente para atender uma necessidade dentro do processo de ensino-aprendizagem que envolve a categoria dos docentes que é a formação continuada.

Palavras-chave: Curso de Extensão. Marcos Legais. Bases Conceituais. Educação Profissional. Formação Continuada.

Abstract

This Extension Course focuses on an approach around the Legal Frameworks of Vocational and Technological Education (EPT) and its Conceptual Basis for the integral formation of the subject, aiming to provide among the teachers who work in Professional Education, or even the educators who work in other existing teaching modalities, as well as others interested in knowing the basic concepts that permeate the EPT. The course is organized in two meetings, one meeting for the debate around the Legal Frameworks of the EPT, and the second meeting dealing with the Basics of Professional Education. In these two training moments carried out with the participants, the main point was the socialization of the topics discussed, using the active methodologies approached by Bacich; Moran (2018). The research is based on: Ramos (2010; 2014), Saviani (1996; 2003; 2008; 2012), Candau (1995), Guimarães (2020), Machado (2011) among others. The aim is to work on the Legal Frameworks of the EPT and its Conceptual Bases, identifying the teachers' perceptions regarding these precepts that reward Professional Education, the materialization of the ProfEPT Educational Product in this Extension Course occurred mainly to meet a need within the process of teaching-learning that involves the category of teachers, which is continuing education.

Keywords: Extension course. Legal Frameworks. Conceptual Basis. Professional education. Continuing Education.

Lista de quadros

Quadro 1 – Marcos Legais da EPT no Brasil	12
Quadro 2 – Primeira República (1889 – 1930)	27
Quadro 3 – Era Vargas (1930 – 1945)	27
Quadro 4 – República Populista (1946 – 1964)	28
Quadro 5 – Ditadura Militar (1964 – 1985)	28
Quadro 6 – Nova República (1985 – DIAS ATUAIS)	29
Quadro 7 – Trabalho e Ensino	30
Quadro 8 – Escola Unitária	31
Quadro 9 – Formação Politécnica	31
Quadro 10 – Ensino Integrado	32
Quadro 11 – Omnilateralidade	32
Quadro 12 – Formação Humana Integral	33

Lista de siglas

Capes: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CEEP/PFAP: Centro Estadual de Educação Profissional Professor Francisco de Assis Pedrosa.

EPT: Educação Profissional e Tecnológica.

IFRN: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

ProfEPT: Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica.

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)	11
2.2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	15
2.3 METODOLOGIA	18
3. ESTRUTURA DO CURSO DE EXTENSÃO	24
3.1 NOME DO CURSO	24
3.2 PÚBLICO-ALVO	24
3.3 EIXO TEMÁTICO	24
3.4 MODALIDADE DO CURSO	24
3.5 CARGA HORÁRIA DO CURSO	25
3.6 VAGAS OFERTADAS	25
3.7 ORGANIZAÇÃO DO CURSO	25
3.8 PÚBLICO-ALVO	25
3.9 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO/PEDAGÓGICA DO CURSO DE EXTENSÃO	26
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
5. REFERÊNCIAS	36

1. Apresentação

O Produto Educacional apresentado é o resultado de uma pesquisa denominada "Marcos Legais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e suas Bases Conceituais: Curso de Extensão Docente no Centro Estadual de Educação Profissional Professor Francisco de Assis Pedrosa - CEEP/PFAP".

O trabalho foi desenvolvido durante o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). O referido Mestrado Profissional é uma modalidade de pós-Graduação stricto sensu, sendo regulamentada pela Portaria nº 17/2009, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (BRASIL, 2009).

Tendo em vista esse contexto, o Produto Educacional materializa-se em um Curso de Extensão sintetizado em uma Cartilha que é voltada para os docentes que atuam na Educação Profissional. Sendo fundamentado na Pedagogia Histórico-Crítica de Saviani (2012), além de valer-se das perspectivas da Tendência Libertadora de Paulo Freire (FREIRE, 2001), mencionamos estas duas tendências com o intuito de ressaltar que ambas trazem aspectos significativos ao se analisar tanto o comportamento, quanto a postura pedagógica dos professores, tendo como fator preponderante para o seu entendimento um posicionamento autônomo e crítico, frente ao combate e a reprodução de um ensino "bancário" citado por Paulo Freire.

Com isso, objetivando desenvolver um ambiente participativo durante a aplicação do curso, foi organizada uma proposta metodológica estruturada através das Metodologias Ativas a partir de: (BACICH, 2018); (BACICH; MORAN, 2018).

Compreendendo que o processo de ensino-aprendizagem é colaborativo, utiliza-se no Curso de Extensão dentro da proposta de Metodologias Ativas, a Sala de Aula Invertida, que consiste em disponibilizar tanto os materiais, quanto os conteúdos trabalhados no decorrer dos dois encontros programados, proporcionando previamente aos participantes acesso a temática estudada.

Outro aspecto relacionado às Metodologias Ativas e que foi utilizado também nos encontros faz menção à promoção de discussões, uma vez que instigar o debate a partir dos conteúdos abordados e já estudados pelos participantes significa uma oportunidade a mais para engrandecer esse momento de aprendizagem colaborativa, visto o fato das discussões possibilitarem que os participantes se posicionem a respeito de um ou outro aspecto, enriquecendo assim o debate e a socialização do conhecimento.

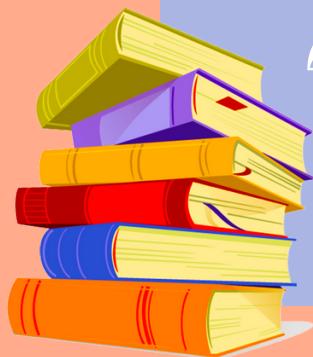
Os cursos de extensão possuem algumas características extremamente significativas, dentre elas, está o fato de serem de curta duração proporcionando aos participantes uma rápida habilitação naquela temática abordada. Outro aspecto importante é o fato da sua aplicação prática, ou seja, logo após a sua finalização os preceitos apreendidos durante o curso já são colocados em execução.

No caso deste produto educacional os educadores podem no decorrer do curso e principalmente após sua realização, analisarem suas práticas docentes relacionadas ao ensino da EPT e estabelecerem modificações que julgarem necessárias no dia a dia de suas aulas.

Pretende-se que esse curso, consiga proporcionar aos participantes uma reflexão no que concerne a importância de uma formação educacional e tecnológica preocupada com a formação integral dos sujeitos, assim, é imprescindível que o docente atuante na EPT se aproprie de conceitos essenciais a sua prática.

O Curso de Extensão objetiva que os participantes reflitam sobre suas práticas docentes na EPT, entendendo que a Educação Profissional e Tecnológica possui uma base histórica bastante específica que requer abordagem diferenciada dos docentes em suas práticas educacionais, para realizar essa discussão optamos por alicerçar a nossa abordagem a partir de Candau (1995), onde comprehende que a prática docente é um processo cílico, ao qual definiu como sendo de construção, desconstrução e reconstrução.

Em seguida, o referencial teórico traz com maior riqueza de detalhes a explicação de conceitos e a organização do Curso de Extensão.



2. Referencial teórico

2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



Quando analisamos a trajetória da Educação Profissional no Brasil, comprehende-se que a EPT sempre esteve à mercê (refém) de duas "entidades" que caminham juntas no Brasil. De um lado, o Mercado que regula e impõe as bases para muitas políticas públicas implementadas no país; e de outro lado, os Governantes que "trabalham" para legislar e regulamentar os anseios de um sistema econômico.

Esse olhar bastante específico e subjetivo de grande parte dos dirigentes da nação, quanto ao tratamento habitualmente dado às políticas voltadas à construção de uma sólida Educação Profissional, reflete-se em um sistema educacional dual, com uma escola voltada para os filhos da classe operária, e uma escola destinada aos filhos da elite detentora de grande parte da riqueza, que se mostra pouco preocupada com a formação cidadã da classe trabalhadora (RAMOS, 2014).

Objetivando discutir os Marcos Legais da EPT em nosso país o Curso de Extensão visa estudar e discutir junto aos participantes, os pontos principais que marcaram momentos tão significativos da Educação Profissional.

Começando com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909, que possuíam um caráter puramente assistencialista e de controle da ordem social, visto que o propósito era conter a população de ex-escravos recém-libertos com a Lei Áurea. Essa política de contensão das massas através daquelas escolas, apenas reforçava uma dualidade existente na sociedade, presente até hoje infelizmente (GUIMARÃES, 2020).

Algumas outras Leis e mais alguns Decretos foram criados com o avançar dos anos, todos tendo sido elaborados com base em demandas de um mercado controlado por grandes organizações e grupos elitistas que exigem, a depender de suas necessidades, que o trabalhador assalariado obtenha um determinado grau de instrução, adquirindo competências específicas para desempenhar as suas funções.

O Quadro 1 sintetiza as principais Leis e os Decretos que fazem parte do Curso de Extensão, e permeiam os Marcos Legais da EPT no país.

Quadro 1 – Marcos Legais da EPT no Brasil

Lei/Decreto	Características	Ano de criação	Presidente do Brasil
Decreto nº 7.566	Criação das Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito	1909	Nilo Peçanha

Decreto-lei nº 4.048	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI)	1942	Getúlio Vargas
Decreto-lei nº 4.073	Diz respeito a Lei orgânica do ensino industrial	1942	Getúlio Vargas
Lei nº 5.692	Fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus	1971	Emílio G. Médici
Decreto nº 2.208	Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	1996	Fernando Henrique Cardoso
Decreto nº 5.154	Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	2004	Luiz Inácio Lula da Silva
Lei nº 11.892	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	2008	Luiz Inácio Lula da Silva

Fonte: Produzido pelo autor, 2022.

A elaboração desses documentos sempre esteve associada a discussões políticas envolvendo grupos antagônicos, justamente por isso, o curso objetiva analisar/estudar a implementação destas Leis e Decretos sobre a luz do contexto histórico da época.

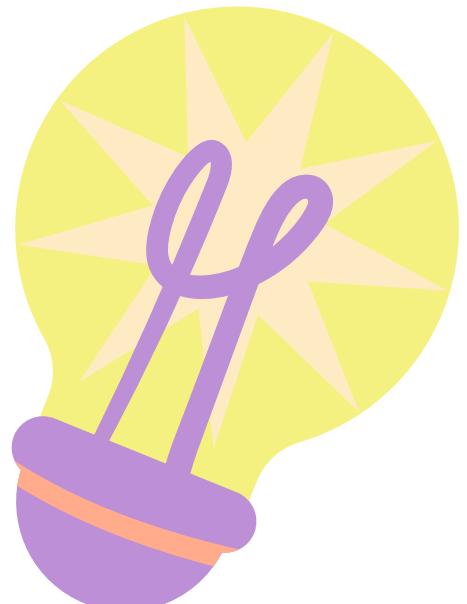
Estabelecendo uma abordagem mais didática da temática, didatismo entendido não apenas como uma simples maneira de resumir e tornar mais palpável determinado conteúdo, mas o intuito é oferecer aos participantes a oportunidade de construir um processo de ensino-aprendizagem coletivo.

Aliado ao estudo dos Marcos Legais da EPT torna-se imprescindível compreender também as suas Bases Conceituais, por se tratar de um ensino que prima pela formação integral dos sujeitos, a discursão e compreensão que permeiam a intrínseca relação existente entre o trabalho e a educação se apresenta como essencial.

Entender o trabalho enquanto um princípio educativo mostra-se um ponto determinante quando o assunto é Educação Profissional. Depreender que existe um vínculo entre o trabalho manual e o trabalho intelectual é a base para uma maior compreensão da EPT (SAVIANI, 2007).

A apropriação dessa ideia de integração existente entre os diferentes tipos de trabalhos por parte dos educadores além da socialização desse conhecimento em sala de aula com os seus alunos, proporciona a conquista de uma autonomia ao educando que acarretará uma formação consciente do seu papel frente a sociedade a qual está inserido, inclusive, essa autonomia e consciência crítica-reflexiva desenvolvida terão implicações diretas na maneira com a qual esses sujeitos passarão a analisar as relações produtivas contemporâneas.

Com isso, entende-se que o conhecimento desses conceitos entre os educadores que atuam na Educação Profissional pode sim representar um fator preponderante para a formação docente. A contribuição desse curso se fixa em colaborar para que o professor obtenha ou consolide um maior entendimento da área na qual está lecionando, auxiliando consequentemente em sua prática docente.



Mesmo aqueles professores que atuam sob a égide da EPT em suas escolas, a separação entre as disciplinas propedêuticas e as matérias de conteúdo específico ainda demonstra ser uma constante, esse cenário acaba por distanciar ainda mais os preceitos/valores defendidos pela Educação Profissional, quando se observa a inexistência de ações voltadas a interdisciplinaridade (RAMOS, 2008).

Não existe Educação Profissional com a manutenção de princípios educacionais oriundos de uma escola dualista, que desconsidera totalmente a proposta de integração das disciplinas e da relação do trabalho enquanto princípio educativo.

2.2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A consolidação de uma Educação Profissional e Tecnológica passa irrestritamente por uma formação qualificada dos profissionais que optaram por atuar nessa modalidade de ensino, em razão desse fato, é necessário compreender que a realidade apresenta para estes profissionais, exigências tanto políticas, quanto pedagógicas desafiadoras.

De acordo com Machado (2011, p. 694):

[...] O desafio da formação de professores para a EPT manifesta-se de vários modos, principalmente quando se pensa nas novas necessidades e demandas político-pedagógicas dirigidas a eles: mais diálogos com o mundo do trabalho e a educação geral; práticas pedagógicas interdisciplinares e interculturais; enlaces fortes e fecundos entre tecnologia, ciência e cultura; processos de contextualização abrangentes; compreensão radical do que representa tomar o trabalho como princípio educativo; perspectiva de emancipação do educando, porquanto sujeito de direitos e da palavra.



A partir da perspectiva apresentada por Machado (2011), identifica-se a necessidade de aprimoramento e até mesmo revisão quanto as práticas pedagógicas dos professores que atuam na Educação Profissional. Diante de conceitos que prezam por uma maior valorização do sujeito enquanto um ser emancipado e convededor do quanto é valoroso o trabalho dentro do processo educativo, a EPT está envolta por conceitos desconhecidos por parte dos docentes que carecem de formações mais direcionadas a sua área de atuação.

É imprescindível entender que para a composição de um currículo integrado, o espírito coletivo, e principalmente colaborativo, entre os docentes precisa ser desenvolvido, particularmente quando se espera que uma maior interdisciplinaridade seja explorada, fator fundamental diante de um ensino que prima pela interação entre os diferentes campos do saber.

As perspectivas docentes no que diz respeito a sua prática são muito diversas, passando em grande parte pelo sentido atribuído pelo professor a maneira com a qual este entende o ensino, pelo já exposto até aqui, a EPT demonstra ser um campo nebuloso ainda para maioria dos profissionais que lecionam na Educação Profissional, que pouco (ou quase nada) conhecem sobre suas Bases Conceituais.

Essa nebulosidade se torna ainda mais latente quando se observa a variedade de formações pedagógicas dos docentes que atuam na EPT, não que esse aspecto seja um problema, mas que em virtude de fatores mais complexos – por exemplo, uma formação acadêmica não preocupada em abordar a EPT em seus currículos – acaba por não atender aos objetivos/propostas de interdisciplinaridade que a formação integral pressupõe.

Diante desses aspectos, pensar na consolidação dentre os docentes de uma cultura que preze pelo aperfeiçoamento contínuo de sua prática profissional, parece ser o grande desafio enfrentado quando se discute a formação continuada dentro da carreira docente.

Dessa maneira Valle (2008. p. 87-88) afirma que:

A formação continuada dos profissionais [...] em qualquer país do mundo, com as tecnologias evoluindo como nós temos visto, com a sociedade em constante transformação, precisa estar permanentemente atualizado. [...] O papel do professor na formação do futuro do país é muito importante. Então, a questão da formação continuada está aí. Como é que eu me formo e fico parada no tempo? Eu preciso estar sempre me atualizando, conhecendo novas metodologias, como utilizar equipamentos que hoje, cada vez mais, estarão presentes nas nossas salas de aula, e nas casas de todos nós.

O questionamento trazido por Valle (2008), é extremamente pertinente quando procura-se entender as causas dos problemas relacionados ao déficit educacional que “teimam” em persistir, julga-se adequado afirmar que um dos motivos passe pelo desinteresse de muitos professores justamente em buscar cursos voltados para a sua área de atuação.

O ganho cultural e profissional consequência da participação nesses cursos, infelizmente fica em segundo plano, perdendo espaço para o acréscimo salarial ao qual o docente fará jus após concluída a formação.

Mesmo diante do fator financeiro ainda é muito reduzida a participação dos docentes frente aos cursos de formação continuada, não é admissível reduzir e simplificar a atualização docente a utilização de recursos tecnológicos em sala, incrementando o uso de tais recursos para a preparação de aulas-show, que mais parecem um espetáculo teatral e pouco contribuem com a construção do conhecimento em torno da temática estudada.

Compreendemos que aulas dinâmicas e colaborativas/participativas representam uma valiosa maneira de reformular a educação, se distanciando do modelo tradicional de ensino, porém, é fundamental ter atenção quanto à dinâmica estabelecida em sala, caso contrário, o aparato tecnológico/artístico selecionados para as aulas irão sobrepujar o conteúdo e todo o debate em volta do assunto será renegado a uma simples transmissão de conteúdo, reproduzindo assim, a mesma abordagem tradicional tão criticada atualmente (BACICH, 2018).

A proposta de desenvolver um Curso de Extensão tendo seu foco nos Marcos Legais da EPT e de suas Bases Conceituais, objetiva apresentar a comunidade docente que desempenha a sua prática na Educação Profissional, um espaço de debate além de construção interdisciplinar do conhecimento através da EPT e da formação integral do sujeito.

2.3 METODOLOGIA

A forma com a qual os saberes trabalhados nas escolas são organizados, a partir de conteúdos, para posteriormente os educadores socializarem os assuntos selecionados com os seus alunos, envolve a estruturação de uma ou de algumas metodologias a serem implementadas em sala. Por isso, sempre se questionou a prática docente no decorrer da história, surgindo teóricos que compreendiam e compreendem o ato de selecionar assuntos a partir de perspectivas bem diferentes.

Na atualidade está muito em voga a organização metodológica em torno das metodologias ativas (BACICH, 2018), exigindo por parte dos educadores que modificações sejam realizadas na maneira com a qual direcionam suas aulas. Se antes, o professor concentrava todo o processo, agora é preciso compreender que o aluno é o centro da estrutura educacional, concentrando o processo em cima de seus saberes e conhecimentos prévios (WESTBROOK, 2010).

Tendo em vista essa nova perspectiva que rompe com o tradicionalismo educacional e suas práticas metodológicas de memorização/transmissão de conteúdo, o ensino volta-se para uma educação transformadora entendendo que o protagonismo dos estudantes é um aspecto essencial no processo de ensino-aprendizagem, e para isso, é necessário que os professores desempenhem um novo papel nessa estrutura, atuando justamente em conformidade com as novas metodologias, ou seja, alinhando sua prática educacional a partir de pensamentos que ressaltam a participação colaborativa e a interdisciplinaridade.



Percebe-se que todas essas novas maneiras de conceber e entender o ensino, alinham-se com a proposta da EPT de educação integral, valorizando um procedimento de ensino distribuído entre todos os sujeitos que fazem parte da unidade educacional.

A sala de aula invertida é uma proposta de aplicar e trabalhar novos conceitos com os alunos, esse novo olhar diante da relação professor-aluno se apresenta um caminho fértil

para o desenvolvimento de abordagens metodológicas que reconhecem os alunos enquanto sujeitos participativos, capazes de colaborar com a construção do conhecimento, em função disso, julga-se impreterível a adoção de atitudes que visem uma maior aproximação na relação professor-aluno.

Esse entendimento é reforçado por Moran (n.p., 2018):

A aula invertida [...] o aluno pode partir de pesquisas, projetos e produções para iniciar-se em um assunto e, a seguir, aprofundar seu conhecimento e competências com atividades supervisionadas. Porém, a inversão tem um alcance maior quando é combinada com algumas dimensões da personalização/individualização, como a autonomia e a flexibilização. Uma parte do processo de aprendizagem é do aluno e pode acontecer tanto antes de um encontro coletivo em sala de aula (aula invertida) quanto nesse espaço (roteiros individuais em ritmos diferentes para cada um) e em atividades pós aula.

Percebemos claramente a partir do exposto pelo autor a importância de dois momentos que acontecem antes e após a realização da aula propriamente dita, trata-se o primeiro momento do contato inicial do estudante com a temática a ser abordada, onde o professor disponibiliza materiais que contenham o assunto que irá ser estudado; e o segundo momento, diz respeito ao estímulo dado para a continuidade da pesquisa e estudo em torno daquele determinado tema trabalhado em sala.

É possível identificar que a aula em si representa mais um momento de organizar ideias em volta da temática estudada, discutindo e resolvendo problemas, ou apresentando soluções para se chegar a um denominador comum em torno dos assuntos trabalhados. Nessa concepção metodológica, o professor precisa voltar sua atenção para a mediação e a construção do conhecimento de maneira coletiva além de colaborativa.

Complementando essa nova maneira de compreender os procedimentos de ensino-aprendizagem dentro de uma ótica que trabalha com as metodologias ativas é imprescindível mencionar a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), que se configura em mais um braço importante que compõe as metodologias ativas (BELÉM, 2018).

A Figura 1 exemplifica os elementos que permeiam as metodologias ativas. Sendo caracterizado na sequência cada um desses componentes.

Figura 1 – Metodologias Ativas



Fonte: Produzido pelo autor, 2022.

A definição desses seis elementos que permeiam as metodologias ativas proporciona maiores ampliações do arcabouço educacional em sala de aula, sendo assim, segue as caracterizações.

- **Ensino Híbrido** – muito além de um método o ensino híbrido ou Blended Learning caracteriza-se como um conjunto de estratégias que objetivam intensificar o processo de ensino-aprendizagem, para isso, é preciso conseguir aliar os recursos digitais ao planejamento pedagógico desenvolvido (LIMA, 2018).
- Sala de aula invertida – a proposta é ultrapassar o tradicional espaço da sala de aula, o conteúdo a ser estudado já pode ser disponibilizado previamente aos estudantes antes da aula acontecer, em casa, o estudante já descobre e tem acesso a temática, proporcionando que dúvidas e hipóteses sejam levadas durante os encontros em sala com o professor (LIMA, 2018).

- **Gamificação** – termo em inglês gamification, que consiste basicamente em utilizar elementos típicos de jogos, em contextos e situações de não jogo. Estratégia que serve para promover um maior engajamento dos estudantes na resolução de problemas, além de estimular mudanças de comportamentos nas rotinas de sala de aula (ALVES; MINHO; DINIZ, 2014).
- **Aprendizagem Baseada em Projetos** – os estudantes são estimulados a se envolverem em atividades e desafios com o objetivo de desenvolverem projetos, ou resolverem problemas que estejam relacionados as suas vidas fora da sala de aula (MORAN, 2018).
- **Aprendizagem Baseada em Problemas** – termo em inglês problem-based learning, refere-se a um método de aprendizagem que centra a sua atenção no aluno, colocando-o na posição de protagonista no processo de aprendizado (SOUZA; DOURADO, 2015).
- **Aprendizagem entre pares** – trabalha-se com grupos diversificados, onde os objetivos educacionais são alcançados estabelecendo uma interação entre os estudantes. Sempre tendo em mente a ampliação da visão de mundo (MORAIS, 2018).

Percebemos o quanto é abrangente a utilização das metodologias ativas a partir dos elementos que a compõem, estabelecer uma organização didática que privilegie um processo de ensino-aprendizagem envolvido por essas técnicas é fundamental para quebrar paradigmas tradicionais dentro da sala de aula.

O Curso de Extensão preocupa-se também com essa organização pedagógica, objetivando apresentar aos participantes através dos encontros programados no decorrer dos estudos e debates realizados, novas formas de socialização do conhecimento, sempre tendo nas metodologias ativas um suporte para que seja possível estruturar a proposta de um ensino híbrido.

Independentemente da situação muitos autores (DEDE; EISENKRAFT, 2016; FISHMAN, 2016), reconhecem a importância do desenvolvimento de formações continuadas que são destinadas aos professores acontecerem de maneira online se comparada com as propostas que visam uma formação a ser realizada integralmente na forma presencial.

Para Dede; Eisenkraft (2016) e Fishman (2016), dentre as vantagens do ensino remoto e dos encontros assíncronos, está a possibilidade de: conseguir conciliar a agenda de atividades dos professores com os encontros voltados a formação, isto torna-se viável a partir do momento que o participante estabelece qual o melhor horário para ter acesso aquele determinado conteúdo referente ao curso; e proporciona também maior interação entre os participantes, visto que os fóruns de discussões mostram-se uma excelente oportunidade de socialização além de construção do conhecimento a partir de uma aprendizagem colaborativa.

Por se tratar de um Curso de Extensão que tem como público-alvo docentes que lecionam na EPT, sendo ofertado por meio do ensino remoto, é imprescindível estabelecer uma metodologia de aula que preze não apenas em reproduzir determinados conteúdos aos alunos, mas se torna primordial organizar as ações de maneira que exista uma participação coletiva dos participantes, considerando principalmente a interação e conhecimentos trazidos pelos envolvidos.

Tendo em mente o quanto é importante a organização de uma metodologia pedagógica coerente com a proposta de ensino da EPT, estabeleceu-se como escopo desse curso trabalhar em aulas (momento síncrono) com o “círculo de cultura” (FREIRE, 1983).

O “círculo de cultura” caracteriza-se por propor uma ruptura com aquela figura tradicional do professor, que tudo sabe e personificada na figura de um “oráculo” que detém o conhecimento total e exclusivo, e em oposição a esse tipo de mentalidade a intenção do “círculo de cultura” é estabelecer que os educadores libertadores posicionem-se como pesquisadores da realidade e contexto social dos seus educandos, onde as aulas sejam entendidas a partir de encontros que objetivam a busca por conhecimentos, e não a transmissão pura e simples destes, aos alunos (ROMÃO, 2010).

Analizando essa perspectiva do “círculo de cultura”, é possível relacionar com o pensamento de Moran (n.p, 2018) que:

Segundo a neurociência, nosso cérebro aprende conectando-se em rede. Todas as iniciativas para abrir os espaços das escolas para o mundo, ampliando as diferentes redes sociais e tecnológicas, pessoais, grupais e institucionais, contribuem para oferecer ricas oportunidades de aprendizagem.

A combinação de tantos ambientes e possibilidades de troca, colaboração, coprodução e compartilhamento entre pessoas com habilidades diferentes e objetivos comuns traz inúmeras oportunidades de ampliar nossos horizontes, desenhar processos, projetos e descobertas, construir soluções e produtos e mudar valores, atitudes e mentalidades.

Os aspectos destacados por Moran (2018) demonstram a relevância da abertura das instituições de ensino aos processos de formação continuada (sejam eles organizados pela própria instituição, ou propostos por terceiros em parceria com a escola), por isso, a materialização dos Marcos Legais da EPT e de suas Bases Conceituais neste Curso de Extensão ocorre fundamentalmente para servir ao propósito de estabelecer momentos de reflexões e socializações dentre todos os envolvidos.



3. Estrutura do curso de extensão



3.1 NOME DO CURSO

Marcos Legais da EPT e suas Bases Conceituais.

3.2 PÚBLICO-ALVO

Destinado aos docentes que atuam na EPT, e demais profissionais da área educacional que demonstrem interesse pela temática.

3.3 EIXO TEMÁTICO

Educação Profissional.

3.4 MODALIDADE DO CURSO

Curso de Extensão Docente. Ensino remoto (momentos síncronos e assíncronos).

3.5 CARGA HORÁRIA DO CURSO

20 Horas.

3.6 VAGAS OFERTADAS

25 vagas.

3.7 ORGANIZAÇÃO DO CURSO

1º Encontro

- Tema: Marcos Legais da EPT.
- Momento Síncrono: 2 horas.
- Momento Assíncrono: 8 horas.
- Carga Horária Total: 10 horas.

2º Encontro

- Tema: Bases Conceituais da EPT.
- Momento Síncrono: 2 horas.
- Momento Assíncrono: 8 horas.
- Carga Horária Total: 10 horas.

3.8 PÚBLICO-ALVO

Docentes da Educação Profissional.



3.9 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO/PEDAGÓGICA DO CURSO DE EXTENSÃO

1º Encontro

- Tema: Marcos Legais da EPT.
- **Objetivo Geral**
 - Compreender os Marcos Legais da EPT e entender a sua importância dentro do campo da Educação Profissional nacional.
- **Objetivos Específicos**
 - Discutir os Marcos Legais da EPT;
 - Compreender a linha temporal da EPT.
- **Conteúdo Programado**
 1. Momento Síncrono (CH: 2horas)
 - Estudar e analisar o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 - Cria nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito;
 - Estudar e analisar o Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI);
 - Estudar e analisar o Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial;
 - Estudar e analisar a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências;
 - Estudar e analisar o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
 - Estudar e analisar o Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências;
 - Estudar e analisar a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

2. Momento Assíncrono (CH: 8 horas)

- Discutir através de fóruns online os Marcos Legais da EPT;
- Propor por meio dos textos disponíveis no Google Sala de Aula o debate e a socialização das Leis e Decretos referentes a EPT.

Nesse primeiro momento do curso pensamos em organizar o debate em torno dos Marcos Legais da EPT a partir de uma linha temporal, ou seja, discutir os Decretos e Leis relacionados a Educação Profissional a luz do contexto histórico nacional. Sendo assim, estabeleceu-se analisar e debater os já mencionados Marcos Legais em consonância com a periodização histórica brasileira.

Segue os Quadros exemplificativos quanto aos assuntos abordados no 1º Módulo.

Quadro 2 - Primeira República (1889 – 1930)

Assunto	Discussões e Análises	Objetivos pretendidos
Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.	Cria as Escolas de Aprendizes e Artífices; Ensino profissional primário e gratuito; Caráter assistencialista e moral; Manutenção da dualidade em relação a esse modelo de ensino.	Através da participação colaborativa, proporcionar um momento de enriquecimento mútuo. Compartilhando ideias, dúvidas e sugestões concernente a temática estudada.

Fonte: Produzido pelo autor, 2022.

Quadro 3 - Era Vargas (1930 - 1945)

Assunto	Discussões e Análises	Objetivos pretendidos
Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942; Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942.	Criação do sistema "S"; Lei orgânica do ensino industrial; Criação do Ministério da Educação e Saúde;	Através da participação colaborativa, proporcionar um momento de enriquecimento mútuo.



	<p>Educação Profissional como dever do Estado; As Escolas de Aprendizes Artífices são transformadas em Liceus Industriais.</p>	<p>Compartilhando ideias, dúvidas e sugestões concernente a temática estudada.</p>
--	--	--

Fonte: Produzido pelo autor, 2022.

Quadro 4 - República Populista (1946 - 1964)

Assunto	Discussões e Análises	Objetivos pretendidos
Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 4.024/1961.	<p>Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;</p> <p>Estabeleceu a plena equivalência entre os cursos profissionais e propedêuticos, para fins de prosseguimento nos estudos.</p>	<p>Através da participação colaborativa, proporcionar um momento de enriquecimento mútuo.</p> <p>Compartilhando ideias, dúvidas e sugestões concernente a temática estudada.</p>

Fonte: Produzido pelo autor, 2022.

Quadro 5 - Ditadura Militar (1964 - 1985)

Assunto	Discussões e Análises	Objetivos pretendidos
Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.	<p>Reforma do ensino de 1º e 2º graus;</p> <p>Modelo Tecnicista: foco no saber fazer;</p> <p>Extremamente utilitarista.</p>	<p>Através da participação colaborativa, proporcionar um momento de enriquecimento mútuo.</p> <p>Compartilhando ideias, dúvidas e sugestões concernente a temática estudada.</p>

Fonte: Produzido pelo autor, 2022.

Quadro 6 - Nova República (1985 - DIAS ATUAIS)

Assunto	Discussões e Análises	Objetivos pretendidos
Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996; Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004; Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.	Educação Profissional como uma modalidade educacional que perpassa diferentes níveis, etapas e modalidades; Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Abordagem Integrada de Ensino; Conceito de Politecnia como fundamental.	Através da participação colaborativa, proporcionar um momento de enriquecimento mútuo. Compartilhando ideias, dúvidas e sugestões concernente a temática estudada.

Fonte: Produzido pelo autor, 2022.

2º Encontro

- Tema: Bases Conceituais da EPT .
- **Objetivo Geral**
 - Compreender os conceitos de politecnia, omnilateralidade, escola unitária e formação integral do sujeito.
- **Objetivos Específicos**
 - Discutir as Bases Conceituais da EPT a partir da interação com os participantes.

• Conteúdo Programado

1. Momento Síncrono (CH: 2horas)

- Estudar e discutir o Trabalho enquanto princípio educativo;
- Estudar e discutir a Formação Politécnica;
- Estudar e discutir a Omnilateralidade;
- Estudar e discutir a Formação Humana Integral.

2. Momento Assíncrono (CH: 8 horas)

- Discutir as Bases Conceituais da EPT;
- Propor por meio dos textos disponíveis no Google Sala de Aula o debate e a socialização dos conceitos fundamentais relacionados as Bases Conceituais da EPT.

Nesse segundo momento do curso foi pensado organizar o debate em torno das Bases Conceituais da EPT, discutindo e analisando conceitos norteadores quando trabalha-se a Educação Profissional. Dessa maneira, pensou-se analisar e debater as Bases Conceituais por meio da apresentação e definição de cada um dos conceitos basilares da EPT, proporcionado dessa forma, uma compreensão mais ampla a respeito da Educação profissional.

Segue os Quadros exemplificativos quanto aos assuntos abordados no 2º Módulo.

Quadro 7 - Trabalho e Ensino

Assunto	Discussões e Análises	Objetivos pretendidos
O trabalho entendido como um princípio educativo.	Articulação entre trabalho e educação; Para que o sujeito tenha uma formação integral; Perspectiva emancipatória; Compreensão do trabalho no seu duplo sentido: Ontológico e Histórico.	Através da participação colaborativa, proporcionar um momento de enriquecimento mútuo. Compartilhando ideias, dúvidas e sugestões concernente a temática estudada.

Fonte: Produzido pelo autor, 2022.

Quadro 8 – Escola Unitária

Assunto	Discussões e Análises	Objetivos pretendidos
Uma escola única.	Educação de qualidade para todos; Associação entre instrução e trabalho.	Através da participação colaborativa, proporcionar um momento de enriquecimento mútuo. Compartilhando ideias, dúvidas e sugestões concernente a temática estudada.

Fonte: Produzido pelo autor, 2022.

Quadro 9 – Formação Politécnica

Assunto	Discussões e Análises	Objetivos pretendidos
Relação e união do estudo e trabalho.	São as técnicas de ensino relacionadas e utilizadas no Ensino Integral; Associada ao trabalho pedagógico – abordagem através do materialismo histórico-dialético.	Através da participação colaborativa, proporcionar um momento de enriquecimento mútuo. Compartilhando ideias, dúvidas e sugestões concernente a temática estudada.

Fonte: Produzido pelo autor, 2022.



Quadro 10 - Ensino Integrado

Assunto	Discussões e Análises	Objetivos pretendidos
Formação com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo.	Superar sua histórica vinculação – mediada ou imediata – com o mercado de trabalho; Sujeito – Sujeitos que têm uma vida, uma história e uma cultura; Conhecimentos – construídos socialmente ao longo da história.	Através da participação colaborativa, proporcionar um momento de enriquecimento mútuo. Compartilhando ideias, dúvidas e sugestões concernente a temática estudada.

Fonte: Produzido pelo autor, 2022.

Quadro 11 - Omnilateralidade

Assunto	Discussões e Análises	Objetivos pretendidos
Possibilidade de trabalhar vários aspectos do sujeito.	Trabalho, ciência e a cultura; Trabalho – sentido ontológico; Ciência – os conhecimentos produzidos pela humanidade; Cultura - valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade. Valores/normas que nos orientam enquanto grupo social.	Através da participação colaborativa, proporcionar um momento de enriquecimento mútuo. Compartilhando ideias, dúvidas e sugestões concernente a temática estudada.

Fonte: Produzido pelo autor, 2022.



Quadro 12 - Formação Humana Integral

Assunto	Discussões e Análises	Objetivos pretendidos
Ligaçāo entre trabalho e educação enquanto uma atividade específica do ser humano.	Abrange o universo do homem nos aspectos: Social; Político; Histórico; Cultural.	Através da participação colaborativa, proporcionar um momento de enriquecimento mútuo. Compartilhando ideias, dúvidas e sugestões concernente a temática estudada.

Fonte: Produzido pelo autor, 2022.



4. Considerações finais

O Curso de Extensão oportuniza aos seus participantes (tendo os professores que atuam na Educação Profissional e Tecnológica o seu público-alvo) uma grande chance de conseguir ampliar a sua formação inicial por meio do aperfeiçoamento continuado, além de proporcionar que através das interações ocorridas tanto entre os participantes quanto entre o mediador do curso, seja criado um vínculo de cooperação e aprendizagem coletiva.



A reflexão em torno da prática docente é um aspecto que deve ser trabalhado naturalmente com discussões a partir dos estudos realizados em cursos formativos aos quais os docentes participem, com isso, os questionamentos surgirão iniciando dessa maneira debates envolvendo a forma com a qual os educadores veem o seu papel dentro do processo educacional.

A formação continuada mesmo sendo um aspecto enaltecido já há algum tempo no contexto educacional brasileiro (que oferece formações gratuitas aos interessados por meio do Portal MEC) encontra dificuldades para a sua consolidação no círculo dos educadores que em grande parte apresentam resistência em participar dessas formações.

O desenvolvimento e oferta desse Curso de Extensão que representa a materialização do Produto Educacional do ProfEPT, ou de qualquer outro tipo de formação que preze pela continuidade/aprimoramento das práticas educacionais precisa necessariamente obter apoio dentre a categoria dos educadores. Não podemos combater a desigualdade presente no ensino brasileiro sem que ocorra maior comprometimento destes que justamente precisam liderar a frente pela melhoria do ensino nacional.

Nesse Curso de Extensão voltado para os Marcos Legais da EPT e de suas Bases Conceituais objetivamos fazer com que reflexões em torno da prática docente (em especial aos educadores que atuam na EPT) sejam realizadas no âmbito de cada instituição de ensino, o intuito é consolidar a partir do estudo de conceitos e Leis/Decretos que norteiam a EPT a formação continuada dos educadores, estabelecendo para que isso seja realmente efetivado a formação continuada.

A EPT apesar de contar com uma Rede Federal de ensino já consolidada e estável, carece de ações e pesquisas voltadas aos Centros Estaduais de Educação Profissional, até mesmo para que os docentes que nela atuam, sintam-se agentes primordiais de uma modalidade de ensino que objetiva a formação integral dos sujeitos.



5. Referências

ALVES, Lynn Rosalina Gama; MINHO, Marcelle Rose da Silva; DINIZ, Marcelo Vera Cruz. Diálogos com a educação. IN: FADEL et al. (Orgs.). **Gamificação na educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014.

BACICH, L.; MORAN, J. (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BACICH, Lilian. Por Que Metodologias Ativas Na Educação. IN: SZUPARITS, Bárbara (Org.). **Inovações na prática pedagógica: formação continuada de professores para competências de ensino no século XXI**. Crescer em Rede. Edição Especial – Metodologias Ativa. São Paulo, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.566**, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitaes dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Disponível Em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.048**, de 22 de janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4048.htm>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.073**, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4073.htm>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Lei no 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm#:~:text=LEI%20No%205.692%20DE%2011%20DE%20AGOSTO%20DE%201971.&text=Fixa%20Diretrizes%20e%20Bases%20para,graus%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A1ncias>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec5154_04.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 26 nov. 2020.

BRASIL. **Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica**: Brasília, 26, 27 e 28 de setembro de 2006. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. IN: KUENZER, Acácia Zeneida; CIAVATTA, Maria; MACHADO, Lucília Regina de Souza, 2008.

BRASIL. Portaria nº 17, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/1_1-Portaria_Normativa_17-28_12_2009.pdf>. Acesso em 17 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>>. Acesso em 17 maio 2021.

CANDAU, Vera Maria. Formação básica e formação continuada. Simpósio Formação de Professores: tendências atuais, promovido pelo programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo, 1995.

DEDE, C.; EISENKRAFT, A. On-line and Blended teacher learning and professional development. In: DEDE, C. et al. Teacher learning in the digital age. Massachusetts: Harvard Education Press, 2016.

FISHMAN, B. Possible futures for on-line teacher professional development. In: DEDE, C. et al. **Teacher learning in the digital age**. Massachusetts: Harvard Education Press, 2016.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 8^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GUIMARÃES, Cátia. Onde o trabalho e a educação se encontram. **Revista POLI: saúde, educação e trabalho** - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde. Ano XII - N° 68 - jan./fev. 2020.

MACHADO, Lucilia Regina de. O desafio da formação dos professores para a EPT e PROEJA. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 689-704, jul.-set. 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2^a ed. – São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAIS, Sarah Papa de. et al. . Metodologias ativas de aprendizagem: elaboração de roteiros de estudos em "salas sem paredes". BACICH, L.; MORAN, J. (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

PORTAL DO GOVERNO DO RN. **Decretos do Governo do RN no enfrentamento ao coronavírus**. Disponível em: < <http://www.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=227627&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=Reportagens> >. Acesso em 17 maio 2021.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. 2008. Disponível em: <<https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>>. Acesso em 17 maio 2021.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, Coleção formação pedagógica; v. 5, 2014.

ROMÃO, José Eustáquio. **Aula**. IN: STRECK, Danilo R. REDIN, Euclides. ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire** – 2^a. ed., rev. amp. 1. reimpr. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SAVIANI, Dermerval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SAVIANI, Dermerval. **Escola e Democracia**. 42^a ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SOUZA, S. C.. DOURADO, L.. Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP): Um Método de Aprendizagem Inovador para o Ensino Educativo. **HOLOS**, Ano 31, Vol. 5, 2015.

VALLE, B. B. R. **Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica**: Brasília, 26, 27 e 28 de setembro de 2006. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 304 p. – (Coleção Educação Superior em Debate; v. 8), 2008.

WESTBROOK, Robert B; TEIXEIRA, Anísio; ROMÃO, José Eustáquio; RODRIGUES, Verone Lane (org.). **John Dewey**. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.





